

“APFOutdoor”

Nome da Organização: **Associação para o Planeamento da Família -APF Madeira**

Historial e Propósito da Organização

A Associação para o Planeamento da Família (**APF**) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (**IPSS**), fundada em 1967 e tem como objetivos primordiais a promoção da Saúde, Educação e Direitos nas áreas da Sexualidade e Planeamento Familiar para, de acordo com os seus estatutos: **“Ajudar as pessoas a fazerem escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva”**.

A **APF** é federada na **International Planned Parenthood Federation (IPPF)**, a maior agência internacional de Planeamento Familiar de âmbito não governamental e a segunda maior agência de voluntariado a nível mundial.

A **APF** promove cursos e ações de formação em variados temas e apoia as escolas, organismos de Saúde e juventude e os profissionais destas áreas de intervenção para o desenvolvimento de atividades e projetos educativos em temas ligados à Saúde Sexual e Reprodutiva que também abrange a área do planeamento familiar.

O presente apoio pode ser dado quer no fornecimento de materiais educativos, quer em orientação técnica e documental, quer ainda na colaboração em atividades concretas dirigidas à população em geral, abarcando os jovens.

A **APF** desenvolve a sua atividade através de seis Delegações Regionais: Alentejo; Algarve; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Madeira e Norte.

A **APF** Açores, em 2011, sagrou-se uma organização autónoma com a designação “Associação para o Planeamento da Família e Saúde Sexual e Reprodutiva (APFSSR)”, continuando a colaborar em parceria a **APF** nacional.

As equipas de trabalho da **APF** são constituídas por pessoas (voluntárias ou profissionais) de variadas áreas de formação (Saúde, Educação e Ciências Humanas (ex: psicólogos, enfermeiros, médicos, docentes)).

Afunilando para a delegação regional da Madeira, a mesma encontra-se presente Região Autónoma da Madeira (RAM) desde 2002, situa-se no Funchal.

A História da **APF** encontra-se estreitamente ligada à História dos Direitos e da Saúde Sexual e Reprodutiva em Portugal, quer em termos da legislação e das políticas seguidas, quer em termos da promoção de projetos, atividades e serviços de promoção da Saúde, prevenção da doença e educação Sexual e Reprodutiva.

Até 1976, o principal objetivo da **APF** era contribuir para que o Planeamento Familiar integrasse os serviços públicos de Saúde, o que aconteceu em março de 1976 quando o então Sec. Estado da Saúde (outrora presidente da **APF**) emitiu o primeiro despacho nesta matéria que integrou as consultas de planeamento familiar nos Centros de Saúde.

A **APF** iniciou também, no final dos anos 60, os primeiros cursos de planeamento familiar dirigidos a profissionais de Saúde. Tal atividade de formação tem sido e continua a ser uma das componentes essenciais da ação da **APF**.

Nos anos 80, a **APF** teve um importante papel quer na defesa do direito de acesso dos jovens à contraceção, quer no desenvolvimento de projetos piloto nas áreas dos serviços para jovens (sobretudo no distrito do Porto) e na promoção da educação Sexual nas escolas.

Em 1987, o Ministério da Saúde iniciou um apoio financeiro regular às atividades da **APF** através do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIF), apoio que se tem mantido.

Nos anos 90, a **APF** envolveu-se ativamente na prevenção do VIH/SIDA e, por outro lado, dinamizou o debate sobre o problema do aborto ilegal e inseguro em Portugal, tendo desenvolvido estudos pioneiros na área supramencionada e apresentado aos governos e grupos parlamentares diversas propostas no sentido da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) a pedido da Mulher.

Consagrando uma colaboração tão antiga quanto intensa, a **APF** e a Direção-Geral da Saúde (DGS) celebraram em 1997 um protocolo de colaboração nas áreas da Formação de Profissionais, Serviços para Jovens, Documentação e Informação, Produção e Disseminação de Materiais Educativos e Consulta Mútua.

Foi ainda entre 1995 e 1998 que a **APF**, em conjunto com a DGS e com o Ministério da Educação desenvolveu um projeto experimental de educação Sexual em cinco escolas de Portugal continental, que esteve na base da elaboração das “Linhas Orientadoras para a Educação sexual em Meio Escolar” documento publicado em 2000 e subscrito pelos Ministérios da Saúde e da Educação e pela **APF**.

Em finais dos anos 90, e em consequência de uma reavaliação das necessidades em Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), a **APF** decidiu reforçar a sua ação junto de grupos vulneráveis, nomeadamente mães adolescentes, populações em situação de pobreza ou exclusão social, comunidades migrantes e meio prostitucional. Dentro da mesma linha de pensamento, todas as delegações da **APF** têm-se envolvido ativamente em novos projetos de intervenção, sempre em parceria com os serviços de Saúde. A título de exemplo, tem-se a Unidade Móvel da **APF** que opera no Alentejo Litoral e que faz integra o projeto “*Proximus* Litoral VI” financiado pela DGS (Anexo I).

Em 2006, e no âmbito do debate público que antecedeu o Referendo sobre a IVG, a **APF** realizou o estudo “Situação do Aborto em Portugal: Contextos, Práticas e Problemas” tendo sido o mesmo fulcral para a caracterização da problemática mencionada. Ainda em 2006, a **APF** iniciou a atividade da Linha de Ajuda “Opções” que se tratava de um serviço de informação e aconselhamento na área da Gravidez não Desejada e da IVG.

A **APF** na atualidade, apresenta um protocolo com o Instituto Português da Juventude (IPJ) que garante o funcionamento da linha de ajuda “Sexualidade em Linha”.

A **APF** foi ainda condecorada pelo Senhor Presidente da República, em 1998, com a Ordem do Mérito.

Localidades onde a Unidade Móvel estaria presente:

**Concelho de Santa Cruz- Concelho de Machico- Concelho de Santana- Concelho de São Vicente- Concelho do Porto Moniz- Concelho da Calheta- Concelho da Ponta do Sol- Concelho da Ribeira Brava- Concelho de Câmara de Lobos
Concelho do Funchal**

ANEXOS

Anexo I – Unidade Móvel de Rastreio – APF Alentejo (Valor 61.000euros)



Interior da unidade móvel- Gabinete para rastreios e armazenamento de materiais.